



Projeto Latino Americano

Os Trabalhadores e a ALCA

Relatório do Seminário Regional ALCA

**Transnationals Information Exchange
2002**

Publicado por: Transnationals Information Exchange

Texto:

Editor: Sergio Bertoni

Capa: TIE -Brasil

Impresso por:

O conteúdo dessas palestras foi desenvolvido durante as reuniões e debates ocorridos no Segundo Seminário a cerca da Área de Livre Comércio.

© 2002, Transnationals Information Exchange



Projeto Latino Americano

Os Trabalhadores e a ALCA

Relatório Seminário Regional ALCA

(Ribeirão Pires - SP, 21 a 23 de Junho de 2002)

Este seminário e publicação somente foram
possíveis graças ao apoio de
P.S.O.

ÍNDICE

Apresentação	5
Seminário	
Primeiro Dia: Apresentação e Debates	7
Trabalho em Grupo	26
Segundo Dia: Filmagem de Simulação	33
Apresentação e Debate Vídeo 1	33
Apresentação e Debate Vídeo 1	36
Encerramento	
Avaliação	38
Anexos	
Lista de Participantes	43
Glossário	45

APRESENTAÇÃO

Este **“Relatório Seminário Regional”** é a compilação das palestras, discussões e trabalhos em grupo ocorridos durante os dias 21-23 de junho de 2002, no Seminário Regional sobre ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, promovido por TIE-Brasil nos marcos do Projeto Latino Americano.

O evento ocorreu na cidade paulista de Ribeirão Pires e contou com a presença e participação de companheiras e companheiros de todo o estado.

Mesmo que nem todas as opiniões aqui publicadas **representem** necessariamente **a opinião** de TIE – Transnationals Information Exchange e **FEM-CUT** – Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da CUT, ajudam no cumprimento de objetivos maiores da parceria de TIE com os sindicatos brasileiros, ou seja, trocar informações e experiências entre trabalhadores de base, estudar estratégias empresariais e sindicais e criar alternativas de desenvolvimento que atendam aos interesses da classe trabalhadora.

Através deste registro esperamos estar contribuindo com o processo de democratização e o aprofundamento do debate sobre

ALCA entre os trabalhadores e sindicalistas de base.

Acreditamos que este “Relatório...” e o Curso de Formação Contínua “Os Trabalhadores e a ALCA” só cumprirão seu papel se atingirem quantidade crescente de trabalhadores de base e sindicalistas das mais diversas regiões.

Portanto, não deixe este relatório mofando dentro de uma gaveta. Leia-o, divulgue-o, faça cópias, pois ele foi publicado para ser distribuído e debatido entre os trabalhadores. 😊

TIE-Brasil

O Seminário

O seminário ocorreu no Hotel Estância Pilar, na cidade de Ribeirão Pires, no ABC paulista e contou com a presença e participação de companheiras e companheiros de todo o estado de São Paulo.

Sexta-feira 21.07.2002

Abertura

O companheiro Adi dos Santos Lima, presidente da **FEM-CUT**, abriu o Seminário, convidando Carlos Alberto Grana, secretário-geral da **CUT-Brasil**, e Sérgio Luis Bertoni, coordenador-geral de **TIE-Brasil**, para fazerem parte da mesa.

O companheiro Adi destacou a importância do **Seminário sobre ALCA** e fez uma apresentação da proposta de Programação para os três dias.

A seguir, passou a palavra para Sérgio Luis Bertoni, fazendo, antes, uma apresentação sobre a história e militância políticas do coordenador-geral de **TIE-Brasil**.

Sérgio Bertoni: Agradecemos a presença e participação das

companheiras e dos companheiros metalúrgicos do Estado de São Paulo da **FEM-CUT**.

Em seguida, Bertoni fez uma exposição sobre a história e trajetória de **TIE** no mundo e no Brasil e sobre a sua proposta de trabalho. Falou do desenvolvimento de seu trabalho desde a participação da Comissão de Fábrica da Ford Ipiranga até sua ida para URSS, o que acarretou com seu início de trabalho no TIE:

- TIE (Transnationals Information Exchange) foi criado em 1983 e em 1990 Serginho iniciou seus trabalhos no TIE - Moscou.
- 1º Coordenador do Escritório Regional do TIE no Brasil foi José Lopes Feijó e, depois dele, Regina Queiroz;
- O TIE iniciou seus trabalhos no Brasil particularmente com a indústria automobilística, que, durante o percurso e mudança de coordenadores, teve seu enfoque mudado para a indústria da alimentação;
- Após algum tempo sentiu-se a necessidade de retornar a discussão sobre indústria automobilística e decidiu-se mudar o escritório para Curitiba para dar continuidade aos trabalhos;
- O TIE-Brasil conta com 2 integrantes - Mauricio Minolfi e Sérgio Luis Bertoni;

Serginho fez uma apresentação da pauta e colocou que a realidade dos países da América Latina está se aproximando cada vez mais por conta do projeto neoliberal.

Este motivo fez com que o TIE trabalhasse com a idéia de fazer intercâmbios entre estes países - 25% deste projeto de intercâmbio está sendo financiado por uma organização holandesa

que não exigiu nenhuma mudança na linha política.

Dentro da discussão do intercâmbio existe o tema ALCA que a CUT já vem discutindo, mas a idéia é colocar esta discussão dentro da fábrica, que, por enquanto, só está sendo discutida pelos altos níveis.

Referiu-se ao **Projeto Latinoamericano**, desenvolvido por **TIE-Brasil**, junto com outros parceiros, e explicou que este Seminário sobre ALCA é o início de um trabalho junto com a **FEM-CUT**, que faz parte desse projeto.

A proposta, afirmou Bertoni, é ampliar ainda mais este debate, levando-o, principalmente, até o chão-de-fábrica.

Carlos Alberto Grana: secretário-geral da **CUT-Brasil**, saudou os participantes em seu nome e também em nome da prefeita de Ribeirão Pires, que por compromissos inadiáveis, assumidos anteriormente, não pode, contra sua vontade, estar presente no seminário.

Grana referiu-se às articulações realizadas pela **Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil)** referentes à questão da ALCA e afirmou que a central é contrária ao modelo de livre comércio defendido pelos governos americanos, responsabilizando a administração de Fernando Henrique Cardoso pelos efeitos que a Associação de Livre Comércio das Américas trará para o Brasil.

Informou que o companheiro **Rafael**, da direção nacional da **Central Única dos Trabalhadores**, participou de uma reunião intersindical em defesa do Mercosul e afirmou que a expectativa dos participantes é de que a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência do Brasil traga consigo modificações que venham de

encontro com os interesses da classe trabalhadora.

Falou também sobre o plebiscito que será realizado em setembro próximo sobre a ALCA e no qual a sociedade civil será chamada a se pronunciar a respeito.

Para concluir, o companheiro Carlos Alberto Grana destacou a importância do Seminário sobre ALCA, principalmente no que se refere a levar a discussão para o chão-de-fábrica e que essa iniciativa deve ser seguida também por outros ramos e setores da **Central Única dos Trabalhadores**.

Nilton Freitas sobre SAT - Seguro Acidente do Trabalho:

Como parte da programação, Nilton Freitas, engenheiro do Trabalho e assessor do **Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador (INST)** da CUT deu uma palestra sobre SAT - Seguro Acidente do Trabalho, que foi seguido com atenção e interesse pelas companheiras e companheiros presentes.

Seguro Acidente do Trabalho - SAT

Origens do SAT

- A concepção de SAT tem origem na legislação francesa em 1898, tendo sido adotado na mesma época na Alemanha, Itália e Bélgica;
- A primeira iniciativa de SAT no Brasil data de 1894;
- A primeira Lei instituindo o SAT no Brasil, em 1919, foi uma das conquistas da famosa greve geral de 1917;
- Essa Lei obrigava as indústrias a contratar um SAT junto às Seguradoras privadas, sob o regime de indenizações;
- O princípio do SAT é o de que a compensação por

acidente ou doença do trabalho não depende da comprovação de culpa;

- O SAT baseia-se na premissa de que o empregador é sempre responsável por qualquer infortúnio que o trabalhador venha a sofrer;

- Isso se deve ao fato de que é o empregador, o patrão, o responsável por organizar o trabalho e oferecer os meios de produção.

- Antes do SAT, o trabalhador acidentado não recebia nada; tinha que se virar sozinho.

O SAT privado no Brasil

- As Seguradoras procuravam tirar lucro máximo em cima do trabalhador/a. Buscavam reduzir ao mínimo a assistência médica e a indenização do acidentado, para obrigar o rápido retorno ao trabalho;

- As indenizações eram obtidas a muito custo pelo segurado, às vezes, depois de demorados inquéritos policiais;

- As Seguradoras se recusavam muitas vezes a reconhecer a relação do acidente ou doença com o trabalho;

- A Justiça ficou atolada de processos que demoravam anos;

- Os valores indenizatórios eram aqueles da data do acidente e quando o trabalhador/a recebia, já não valia quase nada, além de ter que pagar os honorários de advogados;

- O modelo funcionava de forma concorrente entre os IAP e as Seguradoras privadas, sendo que estas ficavam com as categorias de menor risco e os IAP com as piores.

O SAT na Previdência Social

- Em 14/12/67 o SAT foi integrado à Previdência Social, ou seja, foi estatizado;
- O objetivo do governo militar era buscar a “paz social”;
- A indenização foi eliminada e foi instituída uma série de benefícios reparadores e compensatórios;
- O segurado passou a receber um auxílio-doença acidentário equiparado ao salário de contribuição, além da assistência médica e reabilitação profissional;
- Foram instituídos o auxílio suplementar (20%) e o auxílio-acidente permanente (40%), não mais em função da perda sofrida, mas em função do residual da capacidade laborativa;
- Em caso de aposentadoria por invalidez, o trabalhador passou a receber um pecúlio de 10 salários de contribuição;
- Tornou-se obrigatório o registro de acidentes com mais de 15 dias de afastamento.

Novo Plano de Benefícios da Previdência - Lei 8.213/91

- Altera o valor do auxílio-acidente para invalidez permanente de 40% para 30% e 60%, dependendo do residual laborativo do acidentado/a;
- Introduz critérios que definem a responsabilidade civil do empregador em caso de descumprimento da legislação de SST, obrigando-o a comunicar qualquer AT à Previdência Social;
- Possibilita que o INSS promova ações regressivas;
- Introduz a estabilidade de 12 meses após a cessação do auxílio-doença acidentário.

Mudanças recentes - Lei 9.032/95 e Decreto 2.172/97

- Equiparado o cálculo do auxílio-doença e do auxílio doença-acidentário (91% do salário de benefício - média das

últimas 36 contribuições);

- Introduzido o auxílio-acidente previdenciário para acidentes de qualquer natureza - equiparado ao auxílio-acidente-acidentário - nos casos de comprovada redução da capacidade funcional;

- Unificado o auxílio-acidente em 50% sobre o salário de benefício (antes de 60%);

- Acaba com o pecúlio e o abono para permanência em serviço dos trabalhadores aposentados que retornam ao trabalho;

- Decreto 3.048/99 mantém basicamente as mesmas condições.

Estatização do SAT resultou favorável para os trabalhadores

- Com o fim de intermináveis embates judiciais sobre o valor pecuniário de partes do corpo a serem indenizadas;

- Com a adoção do benefício continuado;

- Com o maior controle social - CNPS;

- Com a manutenção do direito constitucional de recorrer a Justiça em caso de prejuízo.

Problemas do Atual Modelo

- Continua a exclusão dos trabalhadores do setor informal;

- Continua a subnotificação de AT - medo da ação regressiva e da estabilidade de 12 meses;

- Dificuldade para diagnóstico de doenças relacionadas ao trabalho, especialmente após vínculo precatório e aposentadoria;

- Perícia Médica do INSS desatualizada, esvaziada, vinculada a empresas, pressionada pela gerência;

- Não diferencia empresas que investem em prevenção.

Problemas Conjunturais do Atual Modelo

- Emissão de CAT apenas após conclusão do diagnóstico da doença, possibilitando demissões;
- Não ampliação do Quadro de Peritos próprios;
- Convênios com Médicos privados sem coibir vínculos com empresas da mesma jurisdição;
- Perícia dentro do Programa Prisma;
- Estimula desconfiança sobre o trabalhador;
- Não permite que CIPA e Sindicato acompanhem fiscalizações;
- Não promove ações regressivas prevista em Lei.

PEC 507/2002

- Altera o Inciso I do Art. 201 e revoga o parágrafo décimo da Constituição Federal;
- Apresentada em 02/04/2002;
- Enviada às Comissões em 10/04/2002;
- Relatório favorável do Relator Dep. Geraldo Magela - Com. De Constituição e Justiça e Redação - apresentada em 31/05;
- CCJR aprova parecer do Relator por unanimidade em 19/06/2002.

Apresentar uma proposta de SAT da CUT

- Grupo Temático do CNSTMA da CUT constitui um Grupo Técnico para:

- Apresentar emendas à Proposta de privatização do governo, visando garantir direitos e gestão democrática com controle social em caso de rejeição da PEC;

- Elaborar uma proposta de SAT da CUT que melhore o modelo de SAT público: promovendo a prevenção; melhorando o diagnóstico; direito de defesa do segurado; participação de CIPA e Sindicato.

Sábado 23.06.2002

Exposição do companheiro Adi: presidente da FEM-CUT do Estado de São Paulo, fez uma ampla exposição sobre a sua participação, em janeiro, no **III Encontro Latinoamericano de Trabalhadores**, realizado na cidade Buenos Aires e que foi promovido e organizado, dentro do **Projeto Latinoamericano**, por **Talleres de Estudios Laborales (TEL-Argentina)** conjuntamente com os **TIE-Brasil, Chile e Amsterdam**.

Adi na sua exposição afirmou, entre muitos outros pontos, que

- A situação da Argentina não é descolada do resto do mundo. Países emergentes receberam lição de casa através de projeto.

- Década de 80 - EUA, Reino Unido (o governo Margareth Thatcher), Alemanha e França. Todos eles fizeram análise do projeto neoliberal e decidiram aplicá-lo nos países em desenvolvimento. Cientistas políticos, FMI e banco mundial se reuniram para avaliar como os países em desenvolvimento estavam procedendo diante das políticas.

- Consenso de Washington - países tem que se adequar a sua realidade ao neoliberalismo.

- Brasil - 1989 - Eleição Lula - instituições financeiras bancaram candidatura Collor porque este tinha interesse em bancar política neoliberal. Na Argentina, com Carlos Menem, assim como também no Peru e em outros países asiáticos.

- No Brasil, Collor abre as portas do mercado brasileiro indiscriminadamente.

- Avalanche de demissões.

- O parque industrial brasileiro não estava preparado para competir com produtos de outros países.

- Na Argentina - Menem levou a paridade do peso com o dólar.

- No Brasil, FHC faz conversão do cruzeiro com o dólar, mas agüentou até 1988.

- Seminário da Argentina discutiu mais os problemas no próprio país e bem menos a ALCA.

- Projeto neoliberal foi aplicado muito mais rápido na Argentina do que no Brasil. Com a privatização, desmonte do estado e flexibilização dos direitos trabalhistas, tudo isto levou ao caos, ao déficit. Pressão externa foi muito mais forte.

- Menem preparando seu terceiro mandato continuou o atrelamento do peso com o dólar. Isto explodiu.

- Governo De La Rúa assumiu em 2000 diante de conjuntura complicada porque não havia mais possibilidade de manter o projeto: metas de inflação, metas fiscal que o FMI determina nos países emergentes, etc.

- 2001 - Carlos Alvarez renuncia e inicia crise política que estava escondida. Existem sucessivos planos econômicos até chegar com a volta de Domingos Cavallo.

- Dez 2001 - Currallito - confisco do dinheiro da população. Desencadeamento de sucessivas greves, movimentos, etc. Período que houve mais manifestações na Argentina foi de dezembro para cá.

- Crise muito forte. Partidos políticos desacreditados para poder solucionar os problemas. FMI pediu mais arrocho fiscal, mais contenção de gastos públicos.

- No Brasil, depois de janeiro de 1998 - real desvalorizado - há um choque na economia onde percebemos que não dá para viver com o dólar atrelado ao real.

- Ainda existe aplicação deste plano aqui no Brasil.

- Momento brasileiro muito parecido com o começo da crise na Argentina. País com dívida externa de 600 bilhões - desconfiança dos investidos estrangeiros. Brasil não pode pagar dívida.

- Desconfiança muito grande de que o Brasil possa parar de pagar as dívidas.

- 15 bilhões, o Brasil tinha para sacar. Sacou 10 e agora 5 bilhões. Notícia do FMI dizendo que não tem condições de fazer mais empréstimo para o Brasil.

- Complicação. Menos investimentos nas pequenas empresas, ano eleitoral. Megainvestidores associam eleição de Lula ao fim do projeto. Desconfianças também de possível moratória no país caso Lula ganhe eleição.

- Cenário político do momento não dá certeza de que o governo tem garantia de estar com seu candidato no 2º turno. Garotinho ainda está brigando por este lugar.

- Estrutura que o PT tem hoje no Brasil nos possibilita estar no 2º turno destas eleições.

- A partir de julho esta guerra se intensificará.

- Discussão feita para dizer que reunião da ALCA em 1984 teve como objetivo chamar toda América Latina, Comunidade Européia. EUA percebeu que se não fizer uma indexação destes países da América Latina à política norte americana poderá haver acordos bilaterais, como Argentina quis fazer com o Mercosul.

- Mercosul desenhado em 1985 - protocolo de intenções.

- 1990 - entra com tarifas comerciais e este projeto Mercosul não foi consolidado.

- Bloco europeu, moeda que equipara ao dólar na Europa.

- ALCA é um projeto desenhado para anexar estes países da América Latina aos EUA.
- Neste momento estamos vivendo momentos complicados com o esgotamento do projeto neoliberal. Isto leva a sociedade a buscar novos projetos.
- Hoje existe realidade e necessidade de colocarmos um presidente da República que esteja invertendo a lógica neoliberal.

Debate:

Após a exposição, realizou-se um amplo debate do qual participaram, com suas perguntas e falas, todas as companheiras e companheiros presentes.

⇒ Pergunta: De que forma os trabalhadores podem se organizar para não se contrapor totalmente, mas, amenizar uma situação a que chegou a Argentina?

Adi: Esta é uma reflexão que temos que fazer conjuntamente. Os contratos coletivos estão sendo flexibilizados através de medidas provisórias. Desmonte das questões trabalhistas. A Ford, por exemplo, queria implementar medida provisória do governo e os trabalhadores não deixaram.

Recentemente, há a questão da CLT, 618, que regula o FGTS. Vem ocorrendo a flexibilização dos direitos. Existe na agenda do governo uma proposta que pode acabar ou pulverizar os sindicatos criando sindicatos por empresa. Existem empresas que já estão aplicando projeto (férias, abono pagam em 4 vezes).

Temos que abrir este debate: qual o modelo de

desenvolvimento que nós queremos?

Temos que aproveitar as eleições e fazer este debate nas igrejas, nos movimentos populares.

Criar massa crítica sobre este tema.

Percebemos que temos alternativas para o desenvolvimento. O que precisa é criarmos esta consciência no povo, na população.

Temos que começar a abrir esta discussão junto à equipe de governo - a equipe do companheiro Lula - para podermos discutir qual é o tipo de modelo que Lula pretende implementar.

Traduzir este modelo para a sociedade isto fortalece as organizações sociais.

⇒ Pergunta: **Quais entidades estão engajadas em divulgar a questão da ALCA dentro da CUT, dos Sindicatos, etc.?**

Adi: O companheiro Grana falou sobre a OAB, CNBB, ABI, CUT, FASE...

O que está se debatendo é que nós somos contra a forma de implementação da ALCA.

Mercosul - quando os trabalhadores foram reclamar que não tinham voz e voto eles disseram que isto não era coisa para trabalhador discutir. CUT reclamou. Temos direito a voz, mas, não temos direito a voto.

1992. Para manter equilíbrio entre Brasil e Argentina,

levaram várias máquinas do Brasil, o que acarretou em 800 demissões. Não tínhamos onde discutir.

Adi pediu licença para sair já que precisa resolver problemas particulares. No seu lugar, assumiu a mesa o companheiro Prata, integrante da executiva da Federação e Diretor Financeiro da mesma.

O companheiro Sérgio Luis Bertoni referiu-se ao Mercosul, dizendo que:

Que grandes questões foram de extremo interesse das grandes empresas, como é o caso da indústria automobilística e da alimentação.

E que com a crise no Brasil, o bloco fugiu para Argentina e quando a crise foi na Argentina o bloco voltou para o Brasil.

A questão fundamental é criar um espaço onde você pode correr de um lado para o outro.

Cidão: Temos que fazer um trabalho sobre isto dentro da fábrica. Eles estão tentando minar a candidatura Lula dentro da fábrica.

Prata: Encaminhamento é de se formar comitês sindicais dentro das fábricas para discutir estas questões. CNM e FEM estão organizando estes comitês para podermos fazer este trabalho. É um trabalho que temos que fazer todos os dias. Compromisso da CUT e do PT.

Mendes (Servidores Públicos Federais da Bahia/Ilhéus e Itabuna): O que o Menem fez na Argentina o FHC está fazendo

aqui. Construiu uma cama de gato. Precisa um desdobramento nosso à sociedade. Tentar massificar os efeitos da ALCA. Nós trabalhadores é que estamos estudando e aprofundando esta discussão para podermos massificar.

É preciso um investimento nosso no parlamento. Tarefa dos trabalhadores e do partido. Parlamento vai ter atuação maior.

Nilton Teixeira: Proposta do Seminário: como atuar dentro das fábricas e fazer com que a discussão tome fôlego.

Discussão sobre ALCA não é exclusiva do PT.

Nosso problema é a dualidade: não conseguimos trazer a discussão para o chão de fábrica.

É dessa forma que vamos conseguir dar força ao debate.

Paulo Cayres: Sabemos o que é a ALCA. Temos que traçar é como impedir os seus objetivos.

Em SP tem uma entidade- Shalom Salam Paz - Michael M. Haradom - (Fone com: 4026.6200 - Fax: 4026.1273 - Michael@fersol.com.br, cel. 9945.5400, Newswirw Comunicação, 3865.7744, 3675.7298, que é contra o ALCA e tem um vídeo para distribuir de forma gratuita. Discursos de empresários falando contra ALCA.

Comitês: se não ampliar as OLT´s fica difícil fazer o debate.

⇒ Pergunta: O plebiscito tem teor de legitimar a discussão ou é só um referendo? Qual é o teor do plebiscito?

Serginho: Plebiscito tem a idéia de fazer a discussão na

sociedade e se posicionar a favor ou contra a ALCA.

Negociadores ALCA começaram a chamar a sociedade civil a negociar com eles.

Plebiscito não tem caráter oficial. Não impede a negociação.

Com as eleições, dificilmente ocorrerá uma discussão oficial sobre o Plebiscito.

Silvio (Alimentação do Rio Grande do Sul): Uma coisa é discutir o projeto dos Trabalhadores e outra é discutir o projeto do Partido dos Trabalhadores.

Às vezes fazemos discurso contra, só que as coisas acontecem e não fazemos nada para mudar.

O que é o ALCA? - Dinâmica e Exposição a cargo de Sérgio Luis Bertoni:

Sérgio Luis Bertoni, coordenador-geral de **TIE-Brasil**, iniciou sua exposição sobre o que é o ALCA com uma dinâmica, na qual os participantes tiveram que definir com uma palavra o que eles entendiam a respeito da Área de Livre Comércio das Américas.

Exclusão, violência, livre mercado, interesse, soberania, colonização, protecionismo, perda de direitos, comércio, flexibilização, miséria, imposição, desigualdade, submissão, articulação, informalidade, rede de poder, Estados Unidos, bloco, exploração, desemprego, vulnerabilidade, falências,

desafios, privatização, expansão, dominação, precarização, autoritarismo, capital, imperialismo, agricultura, decadência, disputa/conflitos, investimentos, esperança, cultura e mídia.

Foram algumas das tantas palavras utilizadas pelos companheiros para definir a ALCA.

A seguir, Bertoni fez uma ampla exposição sobre a Área de Livre Comércio das Américas, iniciando com um breve histórico e apresentando a estrutura de negociação que orientou os debates governamentais que ocorreram até o momento.

- ALCA - Breve histórico e Estrutura de Negociação
 - EUA tem 75 % do PIB todo da região
 - Reunião ministerial: junta todos os ministros de comércio exterior e faz negociação.
 - CUT fez manifestações contra a reunião de 1997 em BH
 - Cúpula da Américas de Quebec: furor no movimento de esquerda porque teve uma coisa nova na ALCA
 - Grupos de trabalho: antidumping: Canadá entra como medida antidumping para resolver problema de dumping. Políticas de concorrência: como se dá dentro da ALCA
 - 3 instâncias não negociadoras: comércio eletrônico: volume de negócio na internet. Não só varejo.
 - 2001 convite à sociedade civil para participar das negociações
-
- **Documentos mais significativos:**
 - a) Declaração de Miami.
 - b) Declaração de Quebec: Ministros de estado publicam minuta de acordo com Declaração de Princípios.
 - c) Declaração de princípios: "Investimento é a força

motriz" do acordo. Posição muito clara e muito honesta, da parte dele, para não termos dúvida do que está acontecendo.

d) Minuta de acordo: Essência da minuta de acordo foi apresentada.

Do que foi visto e do que foi falado, o que está batendo?

Mercado, perdas de direitos, Livre, Agricultura, América, Soberania, interesse, protecionismo ("faça o que eu mando mas não faça o que eu faço"), comércio, investimento, capital, expansão, Bloco, desenvolvimento econômico.

México:

- NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte)
- Tudo que o México exporta vai para EUA
- Presidente do México esteve no Brasil e negociou acordo para indústria automobilística: tarifa de importação de 2% vai caindo e ao mesmo tempo, em 2005, não haveria mais cota entre Brasil e México e poderia ser feita a troca de peças entre o Brasil e o México.
 - No México, Rio Grande, tem uma série de empresas que maquilam os produtos e colocam nos EUA produtos montados como se fosse produtos fabricados no México. Ex: Sony.
- Essas fábricas pagam salário médio de 5\$ por dia (R\$ 15,00).
- Chamadas também de "Fábricas na Mala". Aumento de fábricas maquiladoras e péssimas condições de trabalho.

Debate

Pergunta: Como tudo isto vai refletir para os trabalhadores no Brasil - levando em consideração: setores estratégicos?

Calazans: Falta um pouco ver a realidade do Brasil. Brasil de 500 anos de exclusão. 430 anos com população negra fora da escola. 70 anos de trabalho livre e 40 anos de trabalho assalariado. Realidade fragmentada. Entender uma ação contra a ALCA é ver qual nossa realidade e nosso potencial.

Sergio: Função desta palavra é situar a ALCA e não o Brasil. À tarde alguém fará isto. Pontos: mulheres, negros e indígenas. Estão garantidos através do livre mercado. Tem declaração que usa discurso deste movimento. Temos que ter a preocupação para que ninguém daqui saia achando que a ALCA é legal. Temos conversa para discutir amanhã, para fazer série de seminários com grupos pequenos para discutir sobre a ALCA.

Paulo: Temos que discutir quais as conseqüências deste acordo. Se existe um paralelo entre o México e o Brasil.

Sergio: Concretamente acordo Brasil e México

1) capacidade ociosa instalado nos 2 países. Acontece a sinergia. Porrada no emprego formal por conta das empresas maquiladoras

2) Vão tentar colocar os trabalhadores brasileiros contra os trabalhadores mexicanos.

Mendes: Política da formação dos blocos econômicos. No Brasil as empreiteiras maquilam. ALCA maquila o projeto dos E.U.A. de manter o poder sobre a América Latina. Temos que aprofundar isto nos grupos.

Sergio: Temos que ter o cuidado de ver quais são os setores atingidos e como eles estão sendo atingidos. Hora que soubermos que existem setores com posições favoráveis ao ALCA poderemos saber quem apoiar.

Calazans: Falamos das desvantagem e muitas vezes vimos palestras de companheiros que falam que não é tão ruim assim. Temos que ver quais são vantagens e desvantagens.

Prata: No discurso do ALCA o Brasil fica excluído nesta competitividade?

Sérgio: Trabalho intelectual aos países do 1º. mundo e o trabalho sujo e mal remunerado ficaria para os países do 3º. mundo.

Nilton: Transferência de tecnologia - temos que pautar nos nossos seminários de aprofundamentos.

Exposição do embaixador Clodoaldo Huguenev:

Na parte da tarde, o embaixador Clodoaldo Huguenev, subsecretário-geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE) para Assuntos de Integração Econômica e Comércio Exterior, Representante Especial do presidente da República para Assuntos do Mercosul falou aos presentes sobre a visão do governo brasileiro no processo de negociação da ALCA e sobre as prioridades do Brasil com relação ao tema, destacando a preocupação do MRE em não fechar acordos que obriguem o próximo mandatário brasileiro a assumir compromissos que possam vir a ser conflitantes com a sua plataforma política.

Na sua longa exposição, afirmou que:

- O Seminário é um importante espaço para que os trabalhadores possam acompanhar a discussão.

- É necessário ter uma visão de conjunto da ALCA e levantar algumas indagações sobre significados e perigos que a ALCA representa.

- A ALCA é a primeira tentativa de se criar uma área de livre comércio dentro do hemisfério.

- Área de Livre comércio: área que dê vantagens a alguns países pelo livre comércio.

- A negociação da ALCA não pode ser encarada apenas como uma questão comercial.

- Conceito envolve outras dimensões mais significativas do que o comércio de produtos. Questão de serviços, temas como compras governamentais, investimentos, etc.

- ALCA é a tentativa de construção de um conjunto de regras para orientar as relações comuns entre os países da região: defesa comercial (antidumping, etc), disciplinas em matéria de agricultura, sistema de solução e controvérsia que pode ocorrer entre os membros desta relação. Pode haver divergência entre os dispositivos da ALCA e elas tem que ser resolvidas de qualquer jeito.

- ALCA: grande significado econômico, já que envolve países que tem PIB na ordem de 13 trilhões de dólares.

- Pode representar a área de maior comércio do mundo (maior que a CE).

- 82% deste PIB estão representados pelos EUA e pelo Canadá; Mercosul 10%, 7% do Brasil e grande número de países têm PIB pequeno.

- Maioria dos 34 países que estão negociando são economias muito pequenas, com industrialização muito incipiente.

- Outra questão é que, dos países que estão ao sul do Rio Grande, o Brasil é o que tem a maior economia.
- Confluência entre os países é complexa, muito difícil.
- Brasil tem interesses muitos ostensivos.
- O país que tem perfil que mais se assemelha ao Brasil é o México, mas este é membro do NAFTA e já está integrado a economia americana.
- A ALCA se for concluída como zona de livre comércio representará 50% do comércio brasileiro e 70% dos nossos produtos industrializados.
- Questão importante: A presença ou ausência do Brasil na ALCA e quais os custos da participação ou não.
- O que está em jogo é criar acesso preferencial não só do Canadá, mas de outros países.

- Essa negociação é importante; a participação ou não tem custos e pode ter benefícios.
- O que se está negociando é acesso a mercados. O direito de participar em condições mais favoráveis no mercado.
- Como este é um processo no qual o Brasil tem interesses fundamentais em jogo, deve haver transparência e participação da sociedade brasileira.
- Criação da SENALCA - Associação que envolve toda a sociedade civil.
- Já realizou mais de 30 sessões desde o início da ALCA. Julho ocorrerá outra reunião.
- Celso Lafer - Comissão de relações exteriores - discutindo as posições do Brasil na ALCA e como deve evoluir este processo negociador.

➤ Alguns pontos importantes:

1) Concepções distintas de negociações:

EUA - ALCA deveria ser um processo de adesão dos demais países à NAFTA. Desde o princípio o Brasil combateu essa concepção e defendeu a construção da ALCA através de blocos sub-regionais. Processo mais de integração do que negociação - Área da Bacia do Prata.

Processo decisório na ALCA: Brasil defende que as decisões sejam tomadas apenas por consenso. Com isso, se permite que as posições de outros países sejam defendidas mais democraticamente.

Brasil defendeu que não haveria como apressar o calendário da ALCA. Considerou que como o processo negociador é muito complexo, os países tinham que ter tempo para se adaptar.

Ao longo do tempo o Itamaraty vem colocando posições que refletem o interesse nacional, visão que a sociedade brasileira tem da ALCA.

A ALCA é percebida como liberação de barreira e por outro lado como subordinação, perda de soberania, etc.

Negociação da ALCA é vista como algo que vai além do comércio, que vai além da perda de identidade.

Na Negociação comercial ninguém é obrigado a participar. Agora, temos que avaliar os custos da não participação. A ALCA é inevitável porque tem uma grande potência.

Outra indagação é saber se há espaço para negociação ou será uma imposição.

Garantias de que é possível ter uma legítima negociação: toda negociação comercial é uma negociação de troca. Problema é saber os resultados: positivo ou negativo, se todos perdem, etc. Isto é impossível de se afirmar.

A negociação caminhou para o princípio de se criar regras de como se negociar.

Fase inicial de pré-negociação está terminando. O ano que vêm os países vão colocar as suas ofertas sobre a mesa.

Quando os EUA disserem o que estão dispostos a fazer em termos de mercado brasileiro, vai ficar mais claro se o processo vai ter resultados positivos ou negativos no Brasil.

Celso Lafer: Brasil não negociará algo que não atende aos interesses brasileiros.

2. Quais são os próximos passos:

a.) Até 15/02/03: países vão colocar sobre a mesa suas ofertas: barreiras não tarifárias, serviços que estarei abrindo mercado, etc.

b.) A partir daí a negociação assume uma nova fase: todos os países que enviarem oferta também a receberão. Verificará concessões.

c.) 2003: período de transição de governo e o próximo terá liberdade para definir como entrar na discussão, decisões, etc.

3. Ambiente internacional:

Questões trabalhistas: todos os participantes aceitam que estas questões são importantes. Porém o grande proponente são

os EUA contra a oposição de todos os outros participantes. Isso não reflete uma falta de consciência de outros países. O que reflete é uma discrepância entre eles. Todos os países evitam tratar a discussão trabalhistas também na OMC. Por quê?

Esta discussão pode levar a um juízo das questões trabalhistas aos países em desenvolvimento e a algumas retaliações.

Com a administração do presidente Bush, o clima piorou muito: medidas protecionistas (aço, subsídios na área agrícola, etc.).

Há uma mudança do clima para pior na negociação da ALCA.

O Itamaraty está aberto para fazer este debate com a sociedade brasileira. O debate possibilita a construção de um consenso sobre a negociação da ALCA.

É uma negociação comercial, de acesso a mercado, e se for concluída serão anos de envolvimento nas negociações. Associações bilaterais na forma da ALCA onde vários países tem interesse em negociar com os EUA.

Existe um custo de participação e só vai ficar claro a partir do ano que vem.

Debate

⇒ Pergunta - José Mendes (SINTSEF/Bahia): Qual a opinião pessoal do embaixador em relação a questão custo benefício e com relação a não participação do Brasil.

Embaixador:

Negociação da ALCA não difere de outras negociações comerciais.

Quais são só custos de não participar? É você ter um acesso mais difícil daqueles que vão participar. No prazo de 10 a 15 anos supõe-se que dentro da ALCA não haverá mais barreiras tarifárias.

O objetivo de uma zona de livre comércio é uma liberdade de comércio entre os participantes: benefícios: acesso privilegiado ao mercado de todos os países. Custo é que o mercado brasileiro também terá que dar acesso a todo o mercado americano, sem diferenças.

O risco da negociação está na disparidade do PIB. Saber se vamos ter condições quantitativas e se temos condições de competir dentro do mercado brasileiro. Soja, carne, etc; o Brasil é muito mais competitivo que os EUA. Produtos industriais: sapatos, etc. Os produtos menos competitivos são da comunicação, informática e bens de capital. A negociação é complexa porque estará negociando produtos diferentes.

Negociação mais igualitária seria se os EUA abrissem rapidamente sua economia para outros países e estes teriam um prazo maior para abrir as suas.

Não podemos atribuir a ALCA problemas internos brasileiros que nós não conseguimos resolver.

Os setores produtivos estão se integrando na escala da economia mundial. Por fruto da ALCA as barreiras na fronteira vão desaparecendo e vai se proceder a uma economia maior.

Se isto não ocorrer o custo de ficar de fora é um custo de não acesso à economia internacional.

Todas essas questões têm que ser avaliadas. Pessoalmente eu tenho dúvidas. Ano que vem tudo vai ficar mais claro. Acho que devemos seguir participando, discutindo e avaliando permanentemente.

⇒ Pergunta - Teófilo Reyes (TIE-North América): Existe preocupação grande nos EUA com a comercialização dos produtos de coisas como água, saúde e energia. Pergunto se há uma posição pessoal do Sr. e do governo brasileiro a respeito do processo. O presidente Bush precisa de uma permissão do Fast Tracking para negociação na ALCA O que acontece se o presidente BUSH não conseguir esta permissão.

Embaixador:

A leitura do Capital, de Marx, ensina que um dos princípios do capitalismo é transformar tudo em mercadoria. É um processo "inelutável".

É da natureza do sistema onde os produtos se transformam em mercadoria. Se vai ser bom ou ruim é difícil de analisar. Vai depender da forma como o governo vai conseguir organizar o acesso a estes bens públicos.

Formas de administrar a transformação de bem público em mercadoria e ter um estado que tenha capacidade de criar regras para administrar o acesso a estes bens públicos.

Como a educação que está se transformando em produto

comercial: cursos pela internet, etc.; o estado nacional terá a capacidade de regular através do diploma se aqueles cursos são legais.

Fast Tracking - processo interno do governo americano dentro do Congresso. Presidente Clinton nunca conseguiu aprovar um fast tracking.

Se for aprovado terá muitas restrições à capacidade do executivo para negociar.

Brasil nunca fez uma concessão para conseguir fast tracking. Não seria possível interferir porque é uma votação dentro do Congresso Americano.

⇒ Pergunta - **Calazans: Como está a questão da agricultura dentro do ALCA uma vez que o Brasil é agropecuário.**

Embaixador:

A agricultura é o oposto do desenvolvimento. É o domínio da proteção.

A agricultura é diferente do produto industrial. Se vai para o mercado internacional não importa se é aço ou se é agricultura.

Se o objetivo é produzir para o mercado internacional deverá ser produzido para isto e o outro país tem que abrir espaço.

Agricultura segue altamente protecionista: tarifas de proteção agrícolas são as mais altas do mundo; a agricultura ficou de fora de toda disciplina do subsídio (os países desenvolvidos gastam um bilhão de dólar por dia de subsídio para a agricultura).

Os subsídios deprimem brutalmente os preços do subsídio internacional. Conseqüências: salários baixos no setor, impedimento de crescimento econômico do setor.

O Brasil deixa claro que se não houver negociação efetiva de agricultura não há acordo favorável para o Brasil.

Questões trabalhistas: problemas na vinculação destas questões com o comércio.

Objetivo é fazer com que sob a capacidade de defesa dos interesses dos trabalhadores se protejam interesses de alguns grupos.

No caso do Brasil, se permitirmos a vinculação comércio a questões trabalhistas os EUA vai nos retaliar em nome das grandes empresas internacionais.

⇒ Pergunta - **João Cayres: Como vai ser a nossa diplomacia se ficar algum país de fora? Questão de serviços: há alguma avaliação nas questão da divisa**

Embaixador:

Uma união aduaneira é processo diferente de uma zona de livre comércio; esta não prevê harmonia comercial e de outras políticas entre os países; é um processo de negociação industrial *stritus sensus*. Teria processo mais criativo se a negociação fosse mais profunda e tivesse um critério financeiro.

ALCA é exclusivamente uma negociação comercial em termos de acesso ao mercado. Não podemos esperar que se crie no ALCA um fundo para o desenvolvimento.

Cuba: não há como reverter. Não significa que o Brasil não tenha boas relações com Cuba. Não haveria como colocar a menos que tenha uma modificação do regime cubano.

Comércio através de fronteiras. Comércio de serviços se dá através do investimento no país onde voe quer implementar serviço. Essa relação se dá na maior parte através dos bancos. Deve pesar isto do interesse em atrair capital estrangeiro. Temos que olhar a questão pelo lado do pagamento de royalties e outros; capacidade de desenvolvimento.

⇒ Perguntas: **Qual o poder de negociação do Brasil na hora de negociar a diminuição das tarifas de produtos iguais?**

Os EUA tem algum interesse na Amazônia?

Como estão sendo tratadas as questões sociais nesta discussão do ALCA

Embaixador

Ninguém é competitivo em tudo e ninguém pode produzir tudo.

Se os EUA não botarem barreira à agricultura brasileira, acabamos com a soja da Flórida, do meio oeste, etc. Por isso se desenvolvem barreiras.

A negociação comercial consiste em tentar montar um equilíbrio entre um interesse de um e de outro e tentar montar um pacote negociador.

É desequilibrado, mas podemos equilibrar com as concessões.

Temos certo poder de negociação, que não se resolve só pela negociação em si, existem outros trunfos. O Itamaraty não está comprometido com ABC. Ele representa a soberania nacional.

Os EUA estão sob pressão em matéria do aço - praticamente do mundo inteiro na OMC.

Amazônia: é uma questão superada. Temos que defender nossa soberania na Amazônia, controlar barreiras, etc.

A questão social é extremamente importante no plano comercial. Mas é uma questão interna. O tratamento dos desiguais: existem técnicas de negociação que nos permitem tratar desigualmente os desiguais

⇒ Pergunta - **Sergio Luis Bertoni (TIE-Brasil): No campeonato da ALCA o Brasil ta jogando com a seleção do Parreira, do Zagalo ou do Felipão?**

Embaixador: Não dá pra jogar com uma seleção muito ofensiva. Somos bons negociadores, competentes. Seleção respeitável: 170 milhões de habitantes, PIB de quase 1 trilhão. Seleção que tem condições senão de ganhar o jogo pelo menos de empatar. Tem que jogar na retranca, no contra-ataque.

Políticas Estratégicas continentais: Situação da Argentina e EUA

Exposição de Teófilo Reyes, de TIE-North America

A continuação, o companheiro Teófilo Reyes fez uma exposição sobre a estratégia dos Estados Unidos com relação ao

Brasil, México e Venezuela, países considerados chaves no processo de implantação da ALCA. Referiu-se também à situação econômica, política e sindical no México e sobre os movimentos norte-americanos que tem discutido o tema da ALCA. A sua exposição foi seguida com grande interesse pelas companheiras e companheiros presentes ao Seminário.

O NAFTA foi vendido aos países da América do Norte com promessa de emprego. No México o principal impacto do NAFTA foi nas regiões fronteiriças onde se encontram instaladas as empresas maquiladoras. De 1990 a 2000 os números de trabalhadores em empresas maquiladoras quase chegaram à marca de um milhão e meio.

Principais produtos são: têxteis, autopeças e materiais eletrônicos. Em 91 e 98 a produtividade na zona maquiladora cresceu 30% e o serviço caiu 20%.

Embora o número de empregos na área maquiladora tenha crescido o número de emprego total caiu neste período. A força de trabalho não remunerada cresceu de 4,6 p/ 12%. O trabalho assalariado caiu de 75% para 35%.

O NAFTA não significou nível de emprego mais alto para o México.

Essa dependência se refletiu em abril 2001 - recessão americana. Durante este período a zona maquiladora perdeu 60% do emprego.

Nos EUA o que se pode ver é que nos últimos 7 anos foram perdidos 600.000 empregos em potencial.

Cerca de $\frac{3}{4}$ da força de trabalho americana é de baixa

qualificação. Muitas pessoas que perderam seus empregos nas indústrias foram obrigadas a procurar emprego no setor de serviços onde os níveis salariais são mais baixos.

Essa nova demanda gerou uma queda ainda mais forte nos níveis salariais no setor de serviços. Quando há tentativas nos EUA de organização nas fábricas onde não tem sindicatos, os patrões colocam uma seta para baixo dizendo que se os trabalhadores se organizarem a fábrica irá para o México.

Foi feita pesquisa e apurou-se que 68% das empresas ameaçaram ir para o México. Por conta desta ameaça os Sindicatos tem apenas 30% de sucesso em suas campanhas.

O NAFTA só lida com produtos físicos e a ALCA incluem todos os serviços além do físico. Se a ALCA continuar neste caminho, todos os serviços (água, saúde, etc.) seriam abertos à concorrência internacional.

Uma das concessões que foram feitas para se conseguir vender o NAFTA foi a criação de um órgão Nacional Administrativo, ao qual poderia se levar reclamações sobre o acordo.

Sindicatos dos 3 países se organizaram para levar casos para este organismo.

O problema é que o acordo não tem sanções punitivas. O caso é uma maquiladora mexicana que introduziu chassis para caminhões. Houve uma campanha internacional para se organizar aquela empresa em sindicato independente; foi para o advogado. Discutiu-se sobre que tipo de sanções e decidiu sobre um processo dentro do México que garante o direito da organização sindical.

No dia em que o sindicato ia dar seu testemunho havia bate-paus da empresa para impedir o seu testemunho sindical.

Através de uma campanha em 2000 conseguiu-se numa empresa maquiladora o direito de ter uma votação para ver se poderia haver uma organização sindical dentro da empresa. No dia anterior, havia bate-pau e no dia da eleição os trabalhadores foram obrigados a caminhar por um corredor e declarar seu voto em voz alta. O organismo se recusou a receber a reclamação deste processo.

Houve também reclamação de uma empresa química sobre liberação de agentes tóxicos. Esse caso está engavetado no Organismo porque não existe uma escala de tempo em que este organismo tem que resolver o problema.

Os trabalhadores agora estão fazendo uma reclamação como parte de uma campanha mais ampla.

Capítulo 11 do NAFTA - cláusula de proteção a investimentos que dá o direito as empresas de processarem os governos no caso de perdas de lucros.

Há pelo menos 4 empresas que conseguiram processar o governo por causa de regulamentos ambientais que dificultaram a empresa a obter lucro. Duas áreas que Bush tinha feito concessões são a indústria de cítricos e de têxteis.

Parece que agora vai retirar as concessões porque levaria alguns deputados a cometerem suicídio político se mesmo votassem a favor do fast tracking.

Na campanha contra o fast tracking houve invasão dos

gabinetes dos senadores. Os sindicatos criaram os bancos telefônicos de perseverança. Ficam ligando para os senadores pedindo que votem contra o fast tracking.

Os sindicatos de todo país estão fazendo de tudo para que a discussão não saia do âmbito público. Grande esperança nossa é impedir a votação do fast tracking. Caso haja a votação e seja aprovada a idéia é chamar uma greve continental.

Estratégia alternativa caso os EUA não consiga articular NAFTA ao ALCA é expandir o NAFTA aos países mais fracos, incluir o Chile e isolar o Brasil.

Achamos que dá pra frear o fast tracking e acreditamos que dá para contar com o apoio de várias organizações.

Exposição de Oscar Martínez, de TEL-Argentina

O companheiro Oscar Martínez, de **Taller de Estudios Laborales (TEL-Argentina)**, por sua vez, referiu-se à ALCA, afirmando que, a diferença do expositor anterior, não poderá dizer qual é a estratégia argentina com relação à Área de Livre Comércio das Américas, já que isso não existe na atual conjuntura pela qual atravessa o país. Com relação à classe operária a questão da ALCA é ainda algo longínquo, embora todas as centrais sindicais argentinas se manifestaram contrárias.

Todas as centrais sindicais argentinas se manifestaram contrárias à ALCA, mas, não há ainda manifestações mais concretas.

O movimento operário argentino nunca se preocupou com

a situação internacional. O Movimento sindical sempre foi nacionalista.

Na questão do Mercosul nunca o movimento sindical se manifestou, apenas quando as empresas começaram a migrar da Argentina.

A situação da Argentina é dramática, o desemprego disparou. Segundo os índices, o pessoal abaixo da linha de pobreza gira em torno de 40%.

Imagens de crianças pedindo dinheiro na rua, imagens de pobreza fazem parte do cotidiano do dia a dia da Argentina. A Argentina é um país falido.

Produto do fracasso de modelo econômico. As privatizações fizeram entrar dinheiro na Argentina. O problema da Argentina é um problema econômico. Não dá que um país subordine tudo.

Dinâmica da crise jogou tudo abaixo. O que fez tudo cair de vez foi quando o povo foi para rua derrubar De la Rúa.

Pessoas perguntam sempre sobre o acordo com o fundo monetário. O FMI não quer fazer acordo com a Argentina e sempre faz uma nova exigência. O movimento na Argentina não começou em dezembro do ano passado como se fala; um tempo atrás já estava acontecendo.

Na quinta passada houve uma greve geral, de frente a casada rosada e bastantes lugares foram cortados, destruídos. Uma grande rejeição a tudo que representa a classe política.

Uma frase muito utilizada: Que todos vão embora! Até agora não foram chamadas eleições porque se tem medo do que pode acontecer.

Há um forte sentimento antiimperialista. Argentina sempre fez discurso reacionário na área sindical. Os diretores de sindicato na Argentina tem o maior índice de rejeição por causa da corrupção.

Argentina esta ruim, não é por causa da corrupção e sim por causa da economia.

Há muitos anos o movimento operário vem tentando se recompor.

Por outro lado, a política norte-americana quer enfraquecer a Mercosul. O modelo econômico deu certo sim na Argentina. O objetivo é chegar nessa situação que está aí.

Domingo 23.06.2002

Trabalho em Grupo

Os participantes dividiram-se em seis grupos para discutir e debater as seguintes perguntas:

1. Quais os possíveis reflexos da assinatura do acordo da ALCA para o Trabalhador no que se refere à:

- Emprego
- Direitos Trabalhistas
- Condições de Trabalho e Saúde

2. Apresentar propostas de ações do Movimento Sindical:

- nas fábricas
- para o movimento sindical internacional

3. Visando a continuidade dos trabalhos, como devem ser construídos os grupos temáticos sobre ALCA?

Exposição e Debate em Plenária

Grupo 1 - José Mendes da Silva, Vagner Dinato, Paulo, Prata, João, Edmilson, Marcos André e Cleivaldo.

1.a. Desemprego, aumento da concorrência, precarização, arrocho salarial.

1.b. Flexibilização de direitos, enfraquecimento dos Sindicatos, mudanças nas leis trabalhistas.

1.c. corte de benefícios, redução de custos das empresas o que reflete nos Trabalhadores, pessoas menos qualificadas e sobrecarregadas de trabalho e exclusão. Terceirização e sub-emprego.

1.d. Aumento de horas de trabalho, surgimento de doenças ocupacionais. Falta de investimentos nas empresas, no equipamento e na proteção do Trabalhador.

2.a. Realização de Seminários regionalizados com cipeiros, Comissões de Fábrica, militantes e dirigentes sindicais. Elaboração

de boletins, cartilhas, rádio comunitária, igrejas e espaço público.

2.b. Manter o intercâmbio sindical entre os países.

3. Montar comitês regionais, nacionais e internacionais.

Grupo 2 - Tânia (Metalúrgicos do ABC), Calazans (Metalúrgicos do ABC), Walter (Metalúrgicos do ABC), Fernando (Metalúrgicos de Taubaté), Luiz Cláudio (Sindimetal-FEM), Dinéia (Metalúrgicos do ABC), Terto (Metalúrgicos de Sorocaba) e Patrícia (Assessora São Caetano do Sul).

1.a. Desemprego, informalidade, precarização do trabalho, enfraquecimento da OLT, exclusão e discriminação.

1.b. Perda e flexibilização; internacionalização da legislação.

1.c. Aumento da jornada de trabalho, ritmo acelerado, antecipação de doenças profissionais, exclusão e discriminação do doente, tornar a saúde um comércio lucrativo.

2. Congressos ou plenária ampliada promovidos pela **CUT-Brasil**, com todas as categorias, criação de coletivo exclusivo sobre ALCA (na base/OLT), boletins informativos, seminários, material audiovisual, envolvimento da **FITIM**, envolver a sociedade civil organizada, usar sempre o **NAFTA** como exemplo.

3. Um grupo temático, envolvendo todas as categorias da CUT e a sociedade organizada. Criação de um site para integração internacional. Sucateamento das pequenas e médias empresas nacionais. Fechamento de indústrias. Subordinação da economia nacional, atrelada à economia internacional/capital especulativo.

Aceleração da guerra fiscal através da evasão. Descentralização do desenvolvimento tecnológico.

Culturais: imposição de usos e costumes. Meio ambiente - degradação.

Grupo 3 - Paulo Cayres (Metalúrgicos do ABC), Izidio (Sorocaba), Cláudio (Salto), Jarrão (Metalúrgicos do ABC), Cidão (Metalúrgicos de Salto), Armende (Metalúrgicos de Araraquara), Chicão (Metalúrgicos de Itú).

1.a. Pode ocorrer transferência ou extinção dos postos de trabalho, criação de sub-empregos (maquiladoras)

1.b. Flexibilização, desregulamentação, redução de direitos.

1.c. Diminuição da arrecadação com reflexos em São Paulo, saúde/educação/segurança, estressamento, aumento de LER/acidentes de trabalho, privatização do Seguro Acidente de Trabalho, má alimentação, reaproveitamento do trabalhador acidentado.

2.a. Reforçar as OLT's, levar o debate para todas as diretorias, criar uma cartilha através de **TIE-Brasil**, todos os sindicatos incluir em seus boletins o tema ALCA.

2.b. Criar um site para mostrar ações com ALCA, organizar seminário com todos os dirigentes dos Sindicatos do Canadá para baixo.

3. Ter pessoas com disposição para levar esse debate. Ter assessoria técnica, realização contínua de formação sobre ALCA, buscar aproximação com outras entidades contrárias a ALCA. "Ter

um único grupo".

Grupo 4 - Damião, Carpinha, Rose, Pica Pau, Lenilton, José, Márcia.

1.a. Redução de postos de trabalho, precarização da mão-de-obra, desmobilização do movimento sindical, importação de produtos.

1.b. Flexibilização das leis, retirada de direitos.

1.c. Sub-emprego, atividades sem grande importância na cadeia produtiva, precarização nas condições de trabalho, aspectos psicológicos (assédio moral).

2.a. Capacitar os dirigentes e militantes, através de seminários, debates, etc.

2.b. Realizar Plenária Nacional com participação do movimento internacional.

3. Construir grupo de trabalho permanente, garantindo a participação de todos os Sindicatos.

Grupo 5 - André, Evangelista, Silvio Ambrozio, Jacaré, Marcos, Paulo Sérgio e Ronildo.

1.a. Tendo o reflexo do cenário político em que o Brasil se encontra, terceirização/aumento do trabalho informal/salário variável, desemprego.

1.b. Desmonte da CLT, flexibilização, quebra do movimento sindical.

1.c. Aumento das doenças devido ao forte ritmo de trabalho (contra a privatização do SAT).

2. Comitês mundiais - indústrias, comércios e serviços, Sindicato Nacional por ramo de atividade.

3. Ampliar a discussão por setores como agricultura, indústrias de transformações, CUT criar fórum de debate com a sociedade civil, envolver os órgãos de governo, municipais, estaduais, federais, utilizar os meios de comunicação, internet.

Grupo 6 - Augusto, Ailton, Erick, José Carlos, Jerimário, Jorge, Mirim e Sebastião.

1.a. Precarização e desemprego.

1.b. Desregulamentação, enfraquecimento dos Sindicatos combativos.

1.c. Precarização e entrega da saúde ao mercado

2.a. Massificação da discussão de forma que o Trabalhador entenda não só na fábrica, mas na sociedade em geral.

2.b. Através das instâncias da CUT, buscar a integração com as entidades sindicais de todos os países envolvidos.

3. Que se forme um grupo com representantes de todas as categorias presentes, com objetivo de integrar o restante das entidades envolvidas na discussão em nível nacional.

Fechamento

Todos os participantes avaliaram o Seminário como muito bom, já que aprofundou a discussão sobre a questão da ALCA, no sentido de atingir o chão-de-fábrica, e levantaram a necessidade de continuar efetuando este tipo de debates.